



Práticas de ensino na educação do campo: experiência docente na formação de licenciandos da Universidade Estadual de Alagoas

Teaching practices in rural education: teaching experience in the training of undergraduate students at the Universidade Estadual de Alagoas

Sanadia Gama dos Santos¹

¹ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3001-1889>, ID: <http://lattes.cnpq.br/9251665509410894>. Universidade Estadual de Alagoas, UNEAL, Professora do Curso de Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), BRAZIL, e-mail: sanadia.uneal@gmail.com.

Recebido em: 04 de maio de 2020; Aceito em: 06 de maio de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A disciplina Educação do Campo integra a grade de disciplinas pedagógicas no currículo dos cursos de Letras Português- Francês e Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas. Neste sentido, objetiva-se apresentar de maneira descritiva, a proposta das práticas de ensino e como elas são realizadas na disciplina Educação do Campo, como também se constitui como importante contribuição para a formação de licenciandos dos cursos de Pedagogia e Letras Português- Francês da Universidade Estadual de Alagoas. Os referenciais teóricos que trazemos são Arroyo (2007), Caldart (2012), dentre outros. O trabalho ancora-se em uma perspectiva fundamentada, num viés intercultural numa perspectiva decolonial de saberes, pois seu lugar epistêmico é construído sob a ótica de uma pedagogia socialista, de viés interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do/no campo. Interdisciplinaridade. Educação decolonial.

ABSTRACT: The subject of Educação do Campo is part of the pedagogical disciplines grid in the curriculum of Portuguese-French Letters and Pedagogy courses at the State University of Alagoas. In this sense, the objective is to present, in a descriptive way, the proposal of teaching practices and how they are carried out in the field of Education of the Countryside, as well as constituting an important contribution to the training of undergraduate students of Pedagogy and Literature courses Portuguese-French from State University of Alagoas. The theoretical references we bring are Arroyo (2007), Caldart (2012), among others. The work is anchored in a grounded perspective, in an intercultural bias in a decolonial perspective of knowledge, because its epistemic place is built from the perspective of a socialist pedagogy, with an interdisciplinary bias.

KEYWORDS: Education of / in the field. Interdisciplinarity. Decolonial education.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo vem sendo palco de muitas lutas, reivindicações e movimentos sociais desde a década de 1930. O modelo educacional urbano visa prioritariamente a formação da mão de obra para o mercado de trabalho capitalista. Já a educação do campo por sua vez, vem defender um modelo educacional que trabalhe os conteúdos atrelados a partir da realidade local, o cotidiano da sociedade campestre o seu modo de vida e de subsistência.

Apenas em 2001, depois de muitas lutas e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo foi aprovado o Projeto de normatização das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com a perspectiva de que:

A educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (PARANÁ, 2010, p.1).

A população do campo precisa de propostas pedagógicas emancipatórias que vise agregar e interligar todos os aspectos referente a vida rural, um fazer pedagógico para uma educação libertadora, pensada e formulada para os camponeses e com os camponeses.

Segundo dados do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNEAL (2009), a implementação de um Projeto de Educação do Campo tende a fortalecer de imediato a formação de educadores de escolas rurais, devido à integração existente entre os saberes estudados, produzidos, analisados e avaliados com a vivência nas próprias escolas.

Possibilita também condições para a modificação da realidade, através de intervenções sociais nas escolas, reconhecimento da necessidade de ações que viabilizem o desenvolvimento sócio-educacional dos envolvidos. O que significa dizer que a especificidade da educação do campo estará além de ser uma educação com características diferenciadas; ela possibilitará o dimensionamento das ações educativas até então desenvolvidas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Diante do princípio político da Educação do Campo, necessita-se, portanto, focar a ação educativa na redução das deficiências educacionais encontradas em escolas rurais, especialmente àquelas voltadas para a qualidade do ensino, como a formação de professores para atuarem nas escolas do campo, políticas públicas de investimento para a formação pedagógica, compreensão de uma proposta curricular mais voltada para a realidade local, a consciência crítica e reconhecer as experiências e saberes locais como parte integrante do processo escolar.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Compreendermos que o conceito de Educação do Campo vai além do termo “educação” ou “escola” porque está relacionado com princípios e uma proposta político-filosófica de reivindicação de políticas públicas de reconhecimento e visibilidade para as experiências práticas vivenciadas pelos povos do campo. Essa proposta surge das práticas cotidianas e experiências dos camponeses e advinda do meio dos movimentos camponeses como forma de reivindicação e provocação para oficialização e reconhecimento da Educação do Campo como política pública relacionada com a urgente necessidade de um modelo produtivo e sustentável a partir da implementação de um modelo de Reforma agrária no Brasil.

Silva (2009) embasou as matrizes metodológicas e epistemológicas da Educação do Campo a partir de três grandes pontos: identidade - diversos sujeitos que estão no campo; movimentos sociais - as práticas educativas a partir de cada experiência e organização; e Educação do campo como ato político e criativo.

Em termos de proposta pedagógica, a formação docente compreendeu a alternância: tempo comunidade e tempo universidade. Nesse sentido, Silva (2009) embasou as matrizes metodológicas e epistemológicas da Educação do Campo a partir de três grandes pontos: identidade - diversos sujeitos que estão no campo; movimentos sociais - as práticas educativas a partir de cada experiência e organização; e Educação do campo como ato político e criativo.

Desse modo, com este trabalho objetivou-se apresentar o modo e o desenvolvimento das práticas de ensino na disciplina Educação do Campo na formação

de estudantes de licenciaturas dos cursos de letras, pedagogia e história, com um viés crítico e reflexivo.

Nesse sentido, vale salientar que a proposta tem como base uma dimensão libertadora, sob o viés da opção descolonial, que, segundo Mignolo (2008), sua teoria é constituída da própria realidade, distanciando-se de teorias eurocêntricas, mas por meio de um viés político e dialógico entre os grupos sociais camponeses.

A pesquisa foi realizada no âmbito da Universidade Estadual de Alagoas observando-se os contextos e legislações relacionadas a Educação do/no campo nas escalas federal e estadual, principalmente.

UNEAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação no estado de Alagoas, sobretudo as Universidades, em especial a Universidade Estadual de Alagoas, foi criada com cursos de licenciatura para contribuir com a formação de novos professores no interior do estado.

A criação de uma Licenciatura em Educação do Campo (Procampo/UNEAL) surge não somente como uma necessidade estratégica educacional e econômica, mas também como um projeto contra-hegemônico que vai na contramão das políticas agrícolas desenvolvidas nos últimos dez anos. Além disso, entre as ações que colaboram com o/a trabalhador/a do campo na região, uma que se destaca é a formação e atuação do FEPEC (Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo (FEPEC), bem como as atividades da RECASA (Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Semiárido), que têm servido de suporte e espaço de discussão para educadores e trabalhadores/as camponeses/as.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo surge em um cenário historicamente marcado pelo latifúndio, exploração da Cana de Açúcar e pela constituição étnica da presença do negro, indígena colonizados pelo branco europeu. Ele é resultante de um convênio da UNEAL com o MEC/SECADI (Resolução nº. 02/2013 CONSU/UNEAL), mantido pela Universidade Estadual de Alagoas, na modalidade presencial com período de duração de quatro anos.

O formato do curso de licenciatura em Educação do Campo da Uneal volta-se para uma dimensão crítica, política e social.

Nesse sentido, vale frisar que a Educação no estado de Alagoas, sobretudo as Universidades, em especial a Universidade Estadual de Alagoas, foi criada com cursos de licenciatura para contribuir com a formação de novos professores no interior do estado.

Vale frisar que a Educação no Campo, no Brasil, é apontada por diversos autores, como Santos (2013), Caldart (2012) e Arroyo (2007), dentre outros, como relegada, de certa forma, ao abandono pelo poder público.

Estes autores são unânimes em retratar a Educação no Campo, em diversos períodos históricos, como sendo aquela pensada sob o paradigma urbano, para a lógica urbana. Ou seja, não teria ocorrido, até finais do século XX, propostas organizacionais de educação que percebesse as peculiaridades dos homens e das mulheres do campo.

Uma hipótese com frequência é que nosso sistema escolar é urbano, apenas pensado no paradigma urbano. A formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como protótipo de sujeitos de direitos. Há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, de convívio, de sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa (ARROYO, 2007, p. 2).

Arroyo diz que o campo é visto como lugar do atraso, ou seja, as condições pensadas para o campo não são reconhecidas ou legitimadas, principalmente nas instituições de ensino, pois não há políticas articuladas e nem pensadas para este lugar. O ensino ainda é calcado sob a égide urbana, assim como o currículo e o ato de ensinar. De igual modo, o letramento se confunde com a alfabetização no sentido de focalizar o ensino como mera decodificação de palavras, para dar resultados quantitativos aos órgãos financiadores que regem a educação.

Assim, os educadores e educadoras da escola do campo também possuem a formação pautada no paradigma urbano, por falta de políticas de formação e qualificação específica para a educação do campo. Essa reprodução está na ideia de nacionalismo trazido por Anderson (2008), quando cita como em diferentes culturas o significado do termo é vivido e pensado por meio da combinação de critérios comuns, como a língua, a etnia e o território, e a própria subordinação resultante da imposição das leis do Estado presentes na concepção de nacionalismo do século XIX-XX.

A PROPOSTA DA DISCIPLINA

Após a conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual de Alagoas, os cursos da Universidade passaram por alterações em seu Projeto político de Curso, nesse sentido, o curso de letras, especialmente no curso de letras português francês sentiu a necessidade de inserir a disciplina na formação dos estudantes, como parte das exigências de inclusão de disciplinas pedagógicas na grade do curso. Sendo assim, no início do semestre 2018 iniciamos a disciplina Educação do Campo na turma de Português francês agregando os estudantes do curso de Pedagogia no período da tarde, com carga horária de 80h, distribuídas entre 60h teórica e 20h de atividades práticas.

Visando atender a demanda e reivindicação dos movimentos sociais do campo do Estado de Alagoas, a disciplina foi organizada dentro dos seguintes princípios:

- a- Diálogo e participação com os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores do Campo, dentre outros
- b- Indicação da visita de campo em uma escola do campo coordenada pelo MST

O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

As aulas eram ministradas todas as quartas-feiras no horário vespertino e tinham como assuntos discutidos e refletidos em forma de debate, iniciado em forma de mística, em um movimento circular, conforme distribuídos abaixo:

UNIDADE I

- História da Educação do Campo no Brasil e em Alagoas
- Concepção, Identidade da Educação DO/NO Campo
- Paulo Freire e seu método como contribuição para a Educação do Campo
- Reflexões sobre ensino de Língua na Educação do Campo
- Cultura e identidade: Diferentes sujeitos do Campo (Educação Indígena e quilombola)
- Tempo Comunidade (visita a uma Escola do Campo)

UNIDADE II

- Políticas e programas de Educação do Campo: PRONERA, PROCAMPO, PROJOVEM CAMPO, ESCOLA DA TERRA
- Organização dos saberes escolares: investigação e interdisciplinaridade como princípios pedagógicos
- A Multisseriação no Campo

Para o desenvolvimento e cumprimento dos temas acima elencados seguimos uma perspectiva teórico metodológica dos materiais produzidos por pensadores a exemplo de Caldart (2012), dos documentos oficiais para as escolas do campo, a exemplo do Parecer estadual que normatiza e regula a Educação do Campo no Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2014).

As canções, poesias, cartazes, bandeiras, dentre outras linguagens também pertencem ao conjunto do fazer pedagógico da prática.

O processo educacional de cada pessoa deve está intimamente ligado as suas origens, cultura e vivências, assim, seus conhecimentos de mundo e nos diversos espaços da vida social estão interligados aquilo que constitui sua identidade pessoal. Nesse sentido, Kolling, Cerioli e Caldart (2002) afirmam que se entende por educação todos os processos sociais de formação das pessoas, dessa forma, está ligado com cultura, valores, formação para o trabalho e participação social.

As discussões sobre a Educação do Campo vêm ganhando espaço nas diversas esferas educativas, resultado de lutas travadas pelas populações do campo em conjunto com os movimentos sociais há algum tempo atrás. Segundo Caldart (2012) a Educação do Campo não nasceu como teoria educacional, e sim da própria práxis. Os desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo apenas no plano teórico. Dessa forma, entender que a Educação do Campo é fruto de reflexão e luta própria ainda é um debate que o conjunto da sociedade não se apropriou, porque a educação no Brasil é hegemônica, de base positivista e colonizadora.

Neste sentido, entendemos a concepção de Educação no e do Campo a partir de Caldart (2012, p. 27) em que “No”: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. “Do”: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e suas necessidades humanas e sociais, representa uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos

com as condições da existência social (relação com a terra, o meio ambiente, os diversos saberes, a memória coletiva, os movimentos sociais).

A VISITA DE CAMPO (TEMPO COMUNIDADE)

O tempo comunidade é parte constitutivo do processo de formação em Educação do Campo. Ele segue a constituição da alternância (Tempo Universidade e Tempo Comunidade). Para a disciplina a alternância é fundamental, pois o aprendizado não se limita somente na Universidade, mas se estende numa dimensão transdisciplinar através de experiências locais vivenciadas em práticas pedagógicas existentes. Eis um diferencial da disciplina.

Assim, realizamos uma visita pedagógica a uma escola de assentamento coordenada pelo MST. O objetivo da visita foi compreender como se constitui o ensino em uma escola do campo e sua relação com o contexto local da região.

A visita foi realizada no dia 17 de Maio de 2018 na Escola Municipal De Educação Básica Professor Paulo Freire a uma turma de 3º ano, que está localizada no assentamento Carro Queimado- zona rural do município de Girau do Ponciano/Alagoas.

A visita se realizou da seguinte maneira, o grupo de estudantes da Uneal foram em direção ao assentamento e recebidos pelos responsáveis da escola, professores e o militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi feita uma visita na sala de aula na qual a professora estava falando sobre plantas medicinais. Embora seja uma escola de uma comunidade do movimento MST, a sala estava bem ornamentada, com letras do alfabeto cursiva e de imprensa e com carteiras o suficiente para todos os alunos se sentarem.

O debate circundou em torno da importância da luta do Movimento para conquistas na comunidade, pois a educação é vista como elemento fundamental e prioritário para os trabalhadores, que em alguns casos professores do acampamento se profissionalizam fora dom estado e voltam para trabalhar. Uma das lideranças falou sobre a comunidade, como ela se instalou, e que residem 280 pessoas assentadas. Total de 28 famílias.

A aula é composta por uma turma multisseriada e uma grande atenção ao que diz respeito a alfabetização, proporcionando assim um ambiente que mesmo diante das

dificuldades propicia o ensino e aprendizagem aos alunos. Nesta aula estavam discutindo e aprendendo sobre a importância das plantas medicinais.

Na sala encontravam-se representantes do MST, supervisor de Ensino do município diretora da instituição, professora da sala e a professora da UNEAL juntamente com os alunos. Foi um momento de partilha, em que os estudantes tiveram a oportunidade de ouvir os relatos de todos que ali lutam por uma educação de qualidade.

Durante a visita à escola, percebeu-se que o conteúdo ministrado, relacionava-se com o contexto local da comunidade e que o processo de ensino-aprendizagem das crianças destinava-se não somente ao aprendizado formal proposto pela secretaria de educação, mas também com caráter de formação de novos militantes assentados para que a luta por uma Educação do Campo e dos trabalhadores possam ter continuidade.

Assim, é importante salientar que a participação efetiva do Movimento dos Trabalhadores Sem terra, a comunidade e a escola contribuem para que a escola esteja integrada com as necessidades da comunidade local, fortaleça o espírito de luta e garanta uma educação contextualizada da realidade. Portanto, configura-se em categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. Como análise: é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de ensino em Educação do Campo propõem um olhar inclusivo, mais sensível e aberto a questões fundamentais: a princípio atender a demanda de formação dos estudantes de cursos de licenciatura para uma modalidade de Educação que tem caráter dinâmico, político e crítico, fazendo enxergar realidades locais que demandam um currículo contextualizado da realidade, faz mirar o olhar para outras dimensões da educação e nos faz refletir a multiplicidade que a prática de ensino nos exige e revela.

Sendo assim, os objetivos propostos para a formação de professores em uma disciplina com viés crítico devem se articular com as demais disciplinas do eixo

curricular dos cursos de licenciatura, apresentando a importância que cada uma tem na formação de novos professores.

Todo o transcorrer da disciplina exige do docente conhecimento específico, compromisso político e de pesquisa na área e profundo diálogo fora da Universidade com os movimentos do campo no Estado, em uma dimensão relacional e dialógica, capaz de romper os muros da Universidade e abrir espaços de diálogo e de construção articulada às propostas e necessidades locais para inserção na formação e na prática de ensino dos futuros professores.

Vale ressaltar que numa realidade marcada por dificuldades educacionais como a de Alagoas, trazer a Educação do Campo como parte da formação dos futuros profissionais da Educação, tende a fortalecer, a formação de educadores em escolas rurais devido a integração existente entre os saberes estudados, produzidos, analisados e avaliados com a vivência nas próprias escolas, como a médio e longo prazo, com o processo de intervenção quebrando o ciclo vicioso da qualificação insuficiente, inadequada, distantes da realidade camponesa. Além disso, visa-se, também, possibilitar condições para reflexões além da manutenção da ordem instituída, modificando realidades, através de intervenções sociais nas escolas, reconhecimento da necessidade de ações que viabilizem o desenvolvimento sócio-educacional dos envolvidos. O que significa dizer que a especificidade da educação do campo, estará mais do que ser uma educação com características diferenciadas, mais precisamente, por possibilitar o dimensionamento das ações educativas até então desenvolvidas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS, **Resolução Estadual de Educação do Campo nº 040/2014 CEE-CEE/AL**. Disponível em :[http://cee.al.gov.br/legislacao/atos-normativos/resolucoescee/ 2.%20Resoluua7aa3o%20Normativa%20de%20Ed%20do%20Campo.pdf](http://cee.al.gov.br/legislacao/atos-normativos/resolucoescee/2.%20Resoluua7aa3o%20Normativa%20de%20Ed%20do%20Campo.pdf). Acessado em: 05 de jul. 2019.
2. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

3. ARROYO, M.G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Cad. CEDES* [online]. 2007, vol.27, n.72, pp.157-176.
4. CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In.: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.
5. CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.
6. MIGNOLO, Walter: Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em Política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: literatura, língua e identidade**. No. 34. p. 287-324, 2008.
7. PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2010.
8. SANTOS, Cláudio Félix dos. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**. Campinas, SP: Autores Associados; Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2013.
9. SILVA, Maria do Socorro. **As práticas pedagógicas da escola do campo: A escola na vida e a vida como escola**. Dissertação de mestrado (Educação)- UFPB, 2009.
10. UNEAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Arapiraca/AL, 2009.